

O VOTO EVANGÉLICO: os eleitores, os escolhidos e a representatividade

Isabela Silva Alves¹

RESUMO: Esse artigo busca fazer um breve histórico dos evangélicos no Brasil, mostrando o seu crescimento em números, comportamento, crenças e, principalmente, posições políticas. Traçar um perfil médio de quem são os eleitores e os eleitos pelo seguimento e uma amostra, em números, de quem foram os eleitos para a Câmara Federal pelo Estado do Rio de Janeiro nos anos de 2014, 2018 e 2022 é um dos objetivos, além de reforçar a importância da representatividade na vida democrática do país.

PALAVRAS-CHAVE: Religião; Política. Eleições. Candidaturas Evangélicas.

ABSTRACT: This article aims to provide a brief historical overview of evangelicals in Brazil, showcasing their growth in numbers, behavior, beliefs, and, especially, political positions. Additionally, this study depicts the profile of the voters and elected representatives from the evangelical community for the Federal Chamber of Deputies by the State of Rio de Janeiro in 2014, 2018, and 2022. The political consequences of the growth of this group are also addressed in terms of their impact on democratic life in Brazil.

KEYWORDS: Religion. Politics; Elections. Evangelical Candidacies.

UM BREVE HISTÓRICO: QUEM SÃO OS EVANGÉLICOS NO BRASIL?

Ler um jornal online, ouvir música no Spotify, assistir à novela em um aplicativo de streaming. Velhos hábitos repaginados e totalmente integrados aos novos tempos.

A segmentação se apresenta nesse novo cenário, direcionando conteúdo para nichos específicos, gerando isolamento e extremismos, mostrando um caminho para onde estamos seguindo com nossas práticas e costumes.

Em três exemplos veremos um *frame* de um filme que decuparemos nessas páginas: a Folha Universal tem uma tiragem duas vezes maior (2,5 milhões de exemplares) (Spyer, 2020) que a da Revista Veja; o segmento de música Gospel figura entre os mais ouvidos nas plataformas digitais e a proliferação de novelas bíblicas na segunda maior emissora do Brasil - comprada em 1989 por 45 milhões de dólares - (De Sá Netto, 2020) é um quadro claro do crescimento do número de evangélicos no Brasil.

Esse crescimento não se dá de maneira estanque. Acompanhado a isso, vemos o declínio do número de cristãos católicos. Os protestantes que eram 5% dos brasileiros na década de 1950, nessa década de 2020, chegam ao patamar de 31,8% da população. Vemos aqui um crescimento de seis vezes no percentual do número de membros dessas igrejas. Já a parcela de católicos que em meados do século passado representava 93,5%, hoje representa 49% dos brasileiros, segundo os dados do IBGE. Caso nada drástico ocorra, veremos o número de evangélicos e católicos se equivalerem na próxima década.

José Paes Neto (2019) destaca que o Brasil é hoje o maior país pentecostal do mundo. Em 2010, segundo dados do Censo do IBGE, estimava-se que o número de evangélicos de origem pentecostal no Brasil já teria ultrapassado 25 milhões, sendo a sua grande maioria, mais de 22 milhões, localizados nas áreas urbanas.

Para falar do evangélico que vai à urna votar a cada dois anos e dos mesmos que, além de votar serão os votados, mostro um pequeno apanhado sobre definições e pontos importantes que merecem destaque.

Como sabemos das nossas experiências do dia a dia, generalizações carregam consigo distorções ou leituras rasas. Digo isso para esclarecer que essa massa que representa o povo evangélico é muito plural e diversa, tendo, obviamente, pontos em comum.

Das igrejas com os ritos mais tradicionais, como os das igrejas Batistas, Metodistas, Adventistas ou Presbiterianas, tiramos a experiência de um culto mais “raiz”, com pastores formados em Teologia e, muitas vezes, com uma segunda graduação em administração, e

percebemos isso na liturgia, na vestimenta dos membros e até na arquitetura da construção e na decoração interna dos templos.

Já nas Igrejas classificadas como Neopentecostais, onde temos a maioria dos integrantes do segmento evangélico, estão as tão difundidas Universal do Reino de Deus, a Mundial do Poder de Deus e a Renascer em Cristo. Os pastores que são lideranças locais, celebram um culto regado a muitos louvores, igrejas possuem telões de LED e estrutura de som e iluminação de última geração, e os templos possuem um estilo mais contemporâneo. A Assembleia de Deus lidera o ranking em número de membros, sendo a maior denominação.

Como os apaixonados por futebol sabem a escalação completa dos seus times, como sinal da mudança dos tempos, vemos nas rodas de conversa uma total intimidade das pessoas com o nome dos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal, mesmo trabalhando em área completamente diversa do Direito ou do Judiciário, assim como os não evangélicos, sabem que o Pastor Edir Macedo é o Bispo Presidente da Universal, que o Valdomiro Santiago é o cara do chapéu e líder da Igreja Mundial e que o enérgico Silas Malafaia é o líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo. Conhecidos como Televangelistas entraram nos lares através dos programas da TV aberta e invadiram os smartphones com o domínio total das redes sociais.

Observar esses comportamentos religiosos e culturais é uma das fontes de conhecimento de diversos grupos de estudo, tanto da sociologia, como do Direito, da Comunicação e de toda as ciências humanas e, de forma complementar, partilham-se dados buscando focar a observação em suas áreas de interesse.

Num levantamento recente do IBGE registrou-se que anualmente são inauguradas 14 mil novas igrejas evangélicas no Brasil.

Busquemos aqui afastar as ideias preconceituosas de associar fé à fraqueza e à falácia do pobre fanático e do rico manipulador de mentes. Segundo a antropóloga Diana Lima (2012 apud Spyer, 2020, p. 64), “os fiéis neopentecostais sabem perceber criticamente a organização da Igreja e retiram da igreja aquilo que eles entendem que podem beneficiá-los”. Foquemos no viés dado pelas Ciências Sociais que levam a análise para o lado prático e não sobrenatural.

As igrejas evangélicas ocupam, na grande periferia, os espaços abandonados pelo Poder Público, funcionando, segundo o antropólogo Juliano Spyer (2020), como estado de bem-estar social informal.

Tornar-se evangélico, complementa Spyer, não é só uma aposta no sobrenatural, mas uma escolha feita a partir da observação da experiência das pessoas que moram no seu entorno, nas periferias e nas favelas.

A migração é um fator que merece destaque nesse cenário de crescimento do número de cristãos protestante e podemos separá-la em dois momentos. Um movimento, no final do século XIX, nas colônias formadas no Sul do país, de origem europeia, que são em grande número protestantes, e as migrações massivas vindas do Nordeste, ocupando a periferia das grandes cidades da região sudeste, estabelecendo assim, uma espécie de laço familiar nessa terra geradora de grande expectativa e receio que é a cidade grande.

Gilberto Velho (2007 apud Spyer, 2020, p. 70), antropólogo, destaca as migrações que transformaram a paisagem social do Brasil, a partir da década de 1950, que fizeram com que passássemos de um país rural, com 80% da população morando no campo, para um país urbano, com 70% da população nas cidades. Essa ocupação da periferia urbana deixou a população mais afastada geograficamente da igreja católica, que se localizam em regiões mais centrais das cidades, enquanto as igrejas evangélicas proliferaram abundantemente nessa região. Spyer (2020) acrescenta sobre a vida desses nordestinos nas “quebradas”, onde “as igrejas proveem desde conforto emocional, dinheiro em momentos de dificuldade, acesso a empregos, consultas com profissionais da saúde, encontros com advogados ou com representantes do Poder Público, até vagas em clínicas de desintoxicação”.

As práticas adotadas no cristianismo evangélico invadem o tecido social, não agindo somente na esfera religiosa, mas criando uma forte disciplina pessoal, a ideia de rede solidária, o estímulo à alfabetização – todos precisam ler a Bíblia – e uma exaltação massiva ao empreendedorismo e ao progresso profissional.

Um dos temas mais controversos e ponto de muitas críticas dentro e fora das igrejas evangélicas neopentecostais é a Teologia da Prosperidade sobre a qual o antropólogo Juliano Spyer (2020) diz haver “uma expectativa de recompensa como consequência da conversão, sendo estimulado a atuar de maneira empreendedora para enfrentar as adversidades da vida”. Ainda segundo o antropólogo: “a meta não é apenas financeira e, sim, viver melhor”.

Marchesi e colaboradores (2021), que em seu artigo focam em aspectos mais específicos da Igreja Universal, discorrem sobre o empreendedorismo:

A expressão familista do empreendedorismo, nos moldes da IURD (Igreja Universal do Reino de Deus), é parte fundamental da governamentalização neoliberal e produz importante convergência entre a gramática religiosa, a racionalidade econômica e a moral conservadora.

Com o exposto, por todas essas características, muitos protestantes passaram a integrar uma nova classe média, tendo para alguns um viés exclusivo da fé, como uma benção recebida, e para outros um sentido mais sociológico observado a partir da conversão como o “fim do alcoolismo e consequentemente da violência doméstica, o fortalecimento da autoestima, da disciplina para o trabalho e aumento do investimento familiar em educação e nos cuidados com a saúde. Esse conjunto de mudanças geralmente conduz à ascensão socioeconômica” muito bem destacado por Juliano em seu livro (Spyer, 2020). Podemos, de forma sucinta, dizer que tornar-se evangélico melhora as condições de vida dos mais pobres no Brasil.

Quando falamos em religião, periferia e os habitantes dessa periferia, temos que mirar obrigatoriamente o olhar na população preta, e o que vemos nesse primeiro momento desconstrói o que muitos pensam sobre a religião dos afrodescendentes do Brasil. Os dados trazidos por Spyer em seus estudos mostram que:

Em termos estatísticos, a religião mais popular entre os afrodescendentes do Brasil não é nem o candomblé nem a umbanda. A maioria da população negra e parda frequenta igrejas evangélicas e tem uma preferência particular pelas igrejas pentecostais como a Assembleia de Deus. Um dos motivos dessa predileção do negro pobre pelo cristianismo de tradição protestante é a busca por ambientes de culto que não o segregassem. Nas igrejas católicas, os ricos deviam acompanhar a missa sentados, e os pobres, geralmente negros, tinham que dar seu lugar e assistir às missas de pé e no fundo das igrejas. No culto evangélico, senta quem chegar primeiro, e isso tem implicações políticas. (Spyer, 2020)

Ainda sobre esse tema, David Martin (2013 apud Spyer, 2020, p. 57), sociólogo da religião ressalta que o protestantismo é “uma religião pregada em linguagem simples com exemplos simples por pessoas simples para pessoas simples. Não causa surpresa, portanto, que quase um terço dos pentecostais brasileiros viva em situação de pobreza agora, com renda familiar per capita de até um salário-mínimo, e sejam predominantemente (60%) negros e pardos. Fenômeno modernizante e que tem o potencial de elevar os pobres à classe média”.

Essa descrição feita por Martin me remete a uma fala do ator e humorista Paulo Vieira que diz que o conteúdo do maior canal da TV aberta nacional, transmitido em grande parte para pobres e periféricos, é feito por quem não gosta nem de pobre, nem de TV aberta (Vieira, 2021). A partir disso, podemos esperar uma migração da audiência para outros canais que retratem a realidade vivida no cotidiano do povo das grandes cidades ou para a internet.

Aproximar. Seja na comunicação, na TV ou na Igreja. Uma fala fácil e inclusiva. Uma receita quase infalível para adquirir novos adeptos.

Toda essa comunicação passa pela figura central do Pastor, que muitas vezes alcançou esse posto por ser um líder local e ter uma fê inabalável. Segundo David Lehmann (2019 apud Spyer, 2020, p. 188), “mais do que um modo de obter recursos financeiros, se tornar Pastor é uma forma de se apresentar como pessoa digna à sociedade”. Segundo Marchesi e colaboradores (2021), “O poder pastoral engendra a produção de verdades universais, aqui orientadas pela convenção com Deus na consecução do casamento, do empreendedorismo familiar, da preservação da família e o consequente combate ao divórcio”. Para Maurício-Junior (2021), os pastores pentecostais são os mestres da narrativa, construindo primeiramente o relato do chamado no qual o líder pentecostal mostra que foi escolhido por Deus para exercer um ministério específico no mundo, e na sequência a necessidade e obrigação que os vocacionados têm de serem “usados por Deus”. Por fim, são “homens de Deus”, “cheios da unção”, enfim, “cheios do Espírito Santo”. O pastor, portanto, é acima de tudo um pregador. E ser usado por Deus é pregar poderosamente.

Trocando o foco da religião do povo preto periférico, acho válido usarmos um outro filtro e mirarmos no papel da mulher evangélica, tanto no universo restrito do seu lar, passando para um alastramento social. Conforme o Censo de 2010, as mulheres representam 55,7% da população evangélica do país, com um contingente de 42,3 milhões de pessoas (Marchesi; Rosa; Resende, 2021). Existem 20% de mulheres a mais que os homens nas Igrejas Evangélicas. Para a antropóloga Maria Campos Machado (2005 apud Spyer, 2020, p. 124) “O pentecostalismo combate a identidade masculina predominante na sociedade brasileira, estimulando os homens a serem dóceis, tolerantes, carinhosos, cuidadosos”.

Para Márcia Thereza Couto (2002 apud Spyer, 2020, p. 125), a mulher que adere às igrejas pentecostais ganha maior autonomia ao se tornar a mediadora em relação ao sagrado dentro de casa. E esse poder cresce à medida que ela consegue, como uma estratégia de proteção de família, motivar a conversão de seu parceiro.

Através desse papel de uma espécie de mediadora familiar assumido pela mulher, e pelo papel a ela imbuído e absorvido por muitos anos de amor romântico tido como padrão a ser almejado, a busca por apaziguar e manter uma relação saudável entre os membros que convivem cotidianamente nesse universo tão restrito passa a ser uma meta de vida e não se poupará esforços para esse êxito. Um ponto importante destacado pela historiadora Olivia Dias (2019 apud Spyer, 2020, p. 59): “uma mulher com nível superior, empregada e com casa própria ser abandonada pelo marido tem um peso, para a pobre tem outro”.

Pela conversão vemos a busca real da melhoria das relações familiares, passando pela promoção da educação formal. Podemos citar um exemplo prático nesse objetivo educacional da Igreja: a criação da Faculdade Vitória em Cristo, que hoje ministra os cursos de teologia, mas busca junto ao MEC o cadastramento de diversos cursos e o incentivo abertamente declarado na formação de mais pedagogos para combater, em sua visão, a dominação da esquerda nas escolas.

A membresia é a todo tempo estimulada a ter uma visão muito mais individualista e por isso, muitas vezes, é tão contrária aos programas assistenciais do Governo.

Para Oliveira e Gracino Junior (2023), “as igrejas evangélicas são tecnologias de organização social da periferia, peças centrais da engrenagem populista conservadora para a produção de sujeitos das políticas conservadoras de fundo neoliberal”.

Segundo o antropólogo Ronaldo de Almeida (2019 apud Spyer, 2020, p. 73), esse crescimento demográfico evangélico transborda para sua presença em espaços institucionais incluindo cargos no governo, em escolas e na mídia, especialmente em programas da TV aberta.

Nesse ponto, gostaria de falar sobre representatividade, com foco no comportamento eleitor e nos evangélicos escolhidos para os cargos eletivos no poder.

1 QUEM ESCOLHE, POR QUE ESCOLHE E QUEM SÃO OS ESCOLHIDOS

Todo grupo que se constitui quer ter vez e voz. Impossível fugirmos dessa realidade. O crescimento do número de evangélicos no Brasil gerou diretamente um maior número de representantes do segmento.

Vemos a sintonia no discurso dentro da Igreja e no palanque. Sem um pedido de voto explícito no púlpito – o que é proibido - pastores, candidatos ou não, usam de sua influência e popularidade nas propagandas eleitorais oficiais, veiculadas a partir de regras definidas pelos tribunais eleitorais, para pedir votos e exercer o seu poder de influência em prol de um determinado candidato.

Décadas atrás, a ideia disseminada era a de que não se podia falar de política nas igrejas. Cristianismo e política não se misturavam.

Gregários que somos, mantemos a nossa vida social, e desde o momento em que estabelecemos os alicerces democráticos que nos pautam até os dias de hoje, a desinformação existe, em maior ou menor proporção, gerando maior ou menor impacto.

Nas eleições de 2014, duas das principais pautas entre os evangélicos eram: caso os evangélicos não fossem eleitos, as igrejas seriam fechadas e os pastores seriam obrigados a celebrar casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Com as redes sociais ainda não tão presentes no cotidiano das pessoas, esse tipo de informação circulava principalmente em rodas de conversa e panfletos apócrifos distribuídos nas portas das igrejas ao final dos cultos. Tudo ainda era bem difuso e pouco coordenado, vemos o seguinte cenário destacado pelo pesquisador e pastor batista Davi Lago (2018 apud Spyer, 2020, p. 197): "Nas eleições presidenciais brasileiras de 2014, os três primeiros colocados no primeiro turno receberam, cada um, o apoio de segmentos evangélicos diferentes".

Quatro anos depois, já em 2018, o quadro é outro. As redes sociais foram usadas, de forma lícita - e em alguns casos, ilícita – para informar, segmentar e até manipular. Em troca da permanência do indivíduo nas redes, um cardápio do que os algoritmos achavam que seria interessante era ofertado, independente se o que era oferecido era fato ou fake. A união em torno de um candidato se fez e proliferou o discurso contra a Ideologia de Gênero, a legalização do aborto e das drogas e contra o fantasma do comunismo.

Outro ponto que merece destaque, segundo Spyer (2020), foi a ideia de que:

o evangélico precisa se envolver na política para viver em um país pautado pelas suas crenças. Chamamento para o fim da alienação e foco na importância do voto e do exercício pleno da cidadania. 55%, 2019, em Pesquisa encomendada pelo O Globo, acham que o pastor deve falar de política.

Em 2022, vimos, ainda contando com a grande ajuda das redes sociais, uma migração do discurso para algo macro. Pouco se usa o discurso que um determinado grupo quer calar a Igreja, usando sim, um discurso abrangente: a luta contra o fim da liberdade de expressão.

Após o resultado das eleições de 2022 consolidou-se a ideia de que numa eleição majoritária é necessário falar para fora da bolha, dialogando com setores diferentes da grande base de apoio mais fiel. A conquista de novos votos é muito importante.

Igrejas protestantes são diferentes, eleitores evangélicos são diferentes e os representantes escolhidos também são dos mais diversos campos de atuação. Mesmo com tanta diversidade um ponto de grande força e importância é a Bancada Evangélica no Congresso, que é maior do que qualquer partido na Casa. Um a cada 6 parlamentares no Congresso é evangélico (Spyer, 2020). Marcela Tanaka destaca que dados recentes mostram que a bancada nacional do Congresso nas últimas cinco legislaturas, entre 2002 e 2018, passou de 44 para 84 parlamentares, quase dobrando sua representação em um período relativamente curto – dezesseis anos. O Senado Federal também registrou um aumento entre

2014 e 2018, passando de três senadores evangélicos para sete (Tanaka, 2020). Quando unidos em busca do mesmo interesse, possuem uma das maiores forças no congresso, tanto em votações, quanto em negociações com o poder executivo. Alguns críticos alinham-se ao pensamento do Sociólogo Ricardo Mariano (2012 apud Spyer, 2020, p. 193) que diz que os “políticos eleitos com o voto dos fiéis atuam como despachantes da Igreja”. Como tudo na vida, existem ônus e bônus.

A diversidade entre os representantes eleitos que se declaram evangélicos é muito grande. Encontramos eleitos em todos os partidos com representantes no congresso. Temos ex-governadora, ex-senadora e deputada federal em partidos de esquerda, que possuem pautas progressistas, que se diz abertamente contrária do aborto. O mesmo ocorre com o pastor evangélico eleito pelo PSOL, um partido tão refratário às misturas que ocorrem entre vida política e religião. Esse mesmo deputado em entrevista concedida à jornalista Ana Paula Bimbati (2022), do site UOL, diz “Não farei parte da bancada evangélica. Não estarei em Brasília para defender interesses da igreja, não quero que o Estado seja extensão da igreja, não quero que a Constituição seja expressão de doutrina religiosa”.

Mesmo o presidente eleito em 2018 tendo 68% dos votos evangélicos, o que equivale a 21 milhões de votos, seu concorrente direto recebeu 10 milhões de votos evangélicos, uma diferença significativa, mas tendo uma votação expressiva. Nesse ano, tivemos o Presidente eleito com a maior margem de votos entre o segmento evangélico da história democrática recente (Evangelista; Reis, 2021).

Ainda sobre a eleição de 2018, Christina Vital da Cunha e Ana Carolina Evangelista (2019), destacam alguns recordes: o maior número de votos nulos e abstenções em âmbito nacional – 30,8%; o maior número de candidaturas à Presidência da República – 13 candidatos e um total de 34 partidos; o maior número de concorrentes a uma vaga na Câmara Federal – 8.207 candidaturas; além de ser a eleição cuja temática da violência e na qual a presença da religião se fizeram mais presentes. Neste pleito, 79% dos brasileiros queriam um presidente que acreditasse em Deus e 30% desejavam que o presidente fosse de sua mesma religião.

Existiu e existe até hoje a ideia messiânica, entre alguns fiéis, de que o Brasil será “salvo” da corrupção por um evangélico. Oliveira e Gracino Junior (2023) falam sobre o tema:

Para entendermos tal processo, precisamos considerar não a onda populista conservadora que se precipitou sobre diversas partes do mundo, mas também a conjuntura política brasileira das últimas décadas, marcada por uma cruzada moral

no combate à corrupção ensejada e levada a cabo pela Operação Lava-Jato e, principalmente, a forma como a elasticidade do discurso evangélico consegue traduzir esses cenários em sínteses discursivas capazes de oferecer gramáticas de ação política.

Numericamente, sendo 31,8% da população, os eleitores evangélicos não decidem uma eleição, já que seriam necessários 50% + 1 dos votos, mas é inegável a importância desse segmento em uma corrida eleitoral. Políticos e coordenadores de campanhas eleitorais sabem da força que existe em uma simples oração em Igreja Evangélica durante o período eleitoral com igrejas abarrotadas e atentas ao que está sendo dito. O Instituto Datafolha registra que um em cada quatro fiéis vota de acordo com a determinação do pastor/igreja (Spyer, 2020).

Cabe ressaltar que apesar de toda força e importância no cenário político nacional, a Convenção Geral das Assembleias de Deus tentou criar o Partido Republicano Cristão (PRC), em 2016, mas segundo a jornalista Nathallia Fonseca (2023), da Agência Pública, não obteve o número de assinaturas necessárias para a criação.

Já a Igreja Universal optou por congregar todos os candidatos da Igreja no antigo Partido Republicano Brasileiro, hoje Republicanos. Para Marcelo Camurça: “Para mim, foi sintomática dessa estratégia a escolha pela IURD de um partido com o nome republicano” para investir como seu único e principal móvel político. A ideia de república/republicano passou a ser o emblema mais nítido da configuração de um regime laico nas discussões políticas no país, a ponto de a afirmação de “ser ou não ser republicano” funcionar como exemplo de critério ético na condução da vida política e pública” (Camurça, 2020). Mais um avanço no sentido de tentar não caracterizar o partido Republicanos como um partido da IURD, foi o passo dado pela direção nacional do partido, cedendo a um Prefeito da Baixada Fluminense, a presidência do partido no Estado do Rio de Janeiro, tirando um Bispo licenciado da Igreja do comando.

O poder midiático de pastores e lideranças evangélicas, tanto nos meios tradicionais como nas novas redes, ressoam e transbordam, fazendo com que as temáticas que antes só eram encontradas em campanhas de candidatos evangélicos, sejam apropriadas por candidatos de direita, independente de sua religião. Para Josir Cardoso Gomes (2022), “o crescimento evangélico está associado à ascensão da direita e dos movimentos conservadores e reacionários às pautas identitárias e as que buscam a diminuição da desigualdade social”.

Sobre essa reação às pautas identitárias, destaco os pontos levantados por Ana Carolina Evangelista e Livia Reis, que apontaram o ano de 2009, ano do lançamento do III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) como o início “de uma maior

coordenação entre católicos e evangélicos no Congresso Nacional pela ‘defesa da família’, com foco principal no combate à descriminalização do aborto e do reconhecimento de direitos da população LGBTQI+” (Evangelista; Reis, 2021). Para o pesquisador Rafael Rodrigues, o foco “passou a não ser sobre uma denominação específica, mas uma união na guerra contra a esquerda” (Fonseca, 2023).

Seria ingênuo acharmos que os cristãos católicos estão assistindo à perda de fiéis e espaço em cargos de poder, sem que nada seja feito para tentar reverter as perdas em ganhos. Católicos recorrerão aos espaços usados há séculos para difundir alguns exemplos das suas principais vertentes. Católicos Carismáticos têm um dos seus principais representantes na política, o governador do segundo maior estado do país. Tanto no exercício do cargo, quanto na recondução ao mesmo, onde conseguiu uma vitória em primeiro turno com quase 60% dos votos, todas essas características de um homem de fé, ligado à família e aos princípios cristãos, cantor e músico, foi muito explorada e ganhou posição de destaque entre as ações e matérias de campanha. Já o atual vice-presidente, demonstra a articulação de membros mais conservadores da Igreja Católica, do qual é membro, a Opus Dei.

Usando os dados do historiador Guilherme Lopes (2015), conseguimos pincelar o desempenho eleitoral de alguns candidatos evangélicos no período da redemocratização:

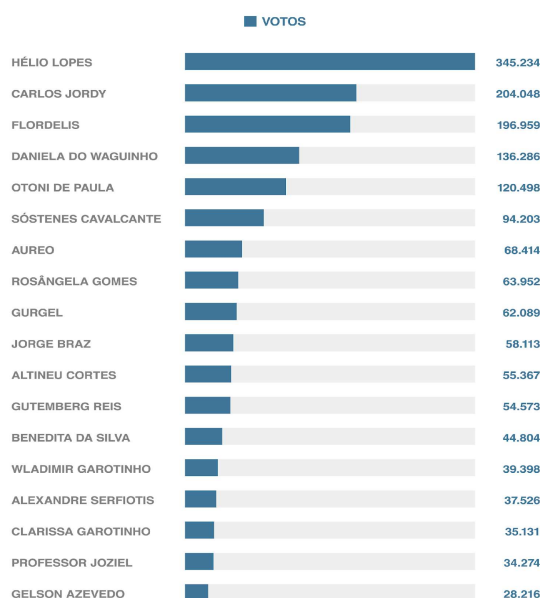
Nas eleições de 1982, a primeira pós-abertura, os deputados federais evangélicos eleitos foram 12. Em sua primeira tentativa, a Igreja Universal, que posteriormente viria a ser um dos principais expoentes da atuação política evangélica, lançou Eraldo Macedo, irmão do Bispo Edir Macedo, como candidato a deputado estadual pelo PTB fluminense, sem sucesso. (...) Como reflexo dos investimentos em mídia e do crescimento populacional evangélico, a bancada parlamentar evangélica aumentou dos 12 eleitos em 1982 para 32 em 1986. Pela primeira vez, os pentecostais passaram a ser maioria entre os deputados evangélicos, com 18 representantes. (...) O Censo de 1991 apontava que os evangélicos já eram 9% da população (cerca de 13 milhões), um crescimento de 36%. Nas eleições de um ano antes, porém, os deputados federais evangélicos caíram de 32 para 23. (...) Em 1994, Benedita da Silva (PT), além de primeira negra, foi também a primeira senadora evangélica do Brasil, eleita pelo estado do Rio de Janeiro. Além de Benedita, 32 parlamentares federais evangélicos foram eleitos naquele ano. (...) No pleito de 1998, foram 51 os deputados federais eleitos, além de Anthony Garotinho, radialista de uma das maiores emissoras evangélicas do Brasil, eleito governador do estado do Rio de Janeiro pelo PDT de Leonel Brizola. (...) O Censo de 2000 indicava que a população evangélica havia passado de 25 milhões de pessoas (15,4%), um crescimento superior a 200% em 20 anos. Não obstante, nas eleições de 2002, os congressistas evangélicos eleitos eram 60, incluindo 3 senadores. (...) Devido à gravidade dos escândalos (mensalão e sanguessuga), inúmeros parlamentares renunciaram ao mandato, e outros tantos desistiram da reeleição, fazendo com que, nas eleições de outubro de 2006, a bancada evangélica fosse reduzida a 32 parlamentares. (...) Um exemplo é o histórico parlamentar dos evangélicos na legislatura de 2003 a 2007. Foram 57 eleitos e 6 suplentes efetivados, sendo 23 deputados vinculados à Assembleia de Deus e 15 à Igreja Universal. Destes 63 parlamentares, apenas 3 eram representantes do sexo feminino. No grupo, houve 65 trocas de partidos, sem considerar os 5 deputados que concluíram o mandato sem partido, e consequentemente, sem concorrer à reeleição (nota: apenas os deputados Carlos Willian (MG) e Zequinha Marinho (PA), juntos, mudaram de partido 12 vezes).

Seguindo a análise com os dados de Christina Vital da Cunha e Ana Carolina Evangelista entre 2010 e 2014, o aumento no percentual de candidaturas confessionais evangélicas foi de 40%. Entre 2014 e 2018 o aumento foi de pouco mais de 8% (Cunha; Evangelista, 2019).

Para conhecermos melhor o desempenho dos eleitos do segmento evangélico, apresento alguns dados compilados em gráficos (Figuras 1 a 4), das deputadas e deputados federais evangélicos eleitos pelo estado do Rio de Janeiro nos anos de 2014, 2018 e 2022.

Foi feito um levantamento da votação dos candidatos (Figura 1), dos recursos recebidos (Figura 2), do custo desse voto (Figura 3), que é a relação entre os recursos recebidos e as votações, e quadro com os desempenhos individuais (Figura 4).

Candidatos Evangélicos - 2018



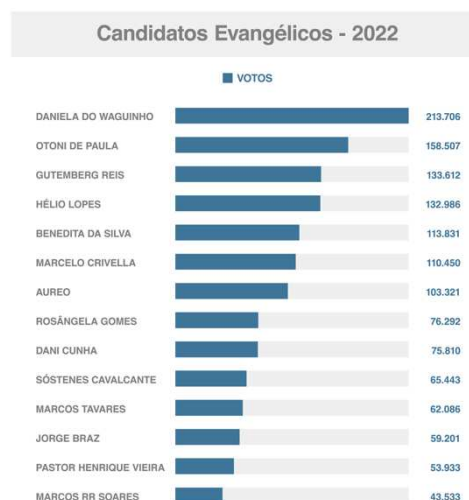
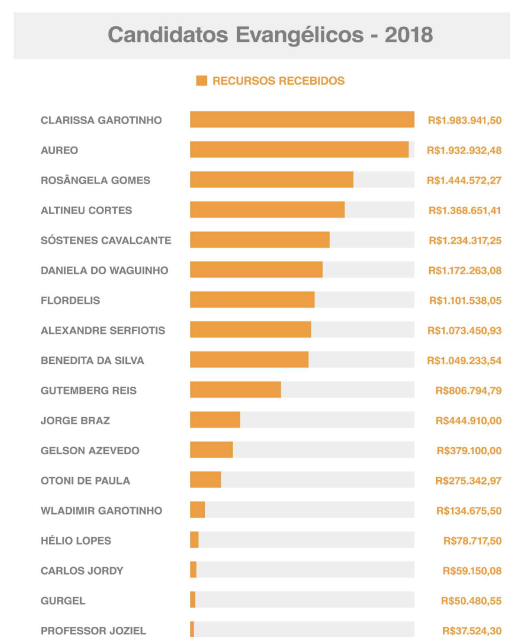
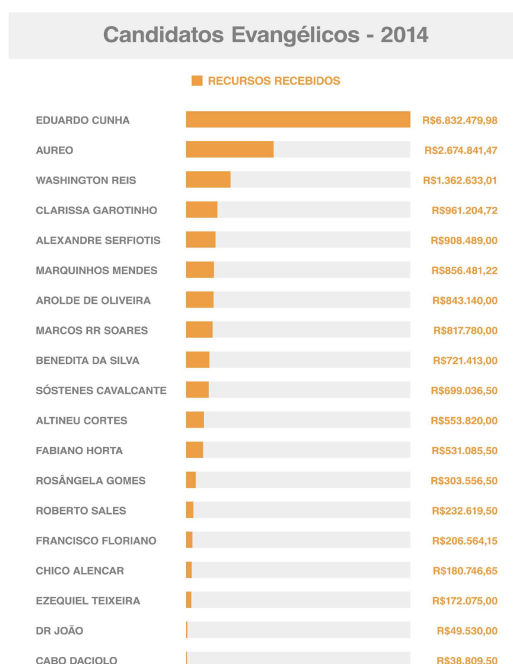


Figura 1: Votação dos Deputados Federais evangélicos eleitos nos anos de 2014, 2018 e 2022 no Estado do Rio de Janeiro. Fonte: Site do TSE

<https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados> A lista dos deputados federais evangélicos eleitos pelo Rio de Janeiro nas eleições de 2022 foi feita pelo Guilherme Galvão Lopes, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas e publicada no site <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/09/bancada-evangelica-camara-deputados.htm>



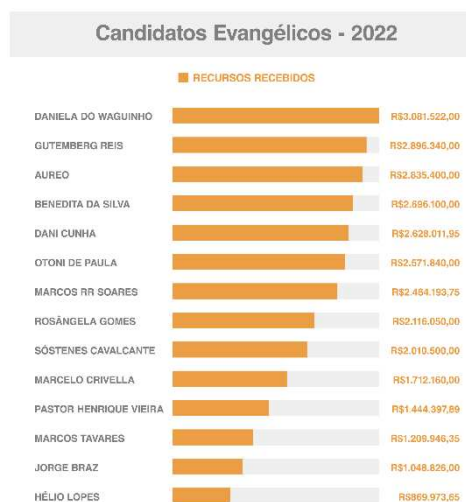


Figura 2: Total de recursos recebidos pelos Deputados Federais evangélicos eleitos nos anos de 2014, 2018 e 2022 no Estado do Rio de Janeiro. Fonte: DivulgaCand
<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>

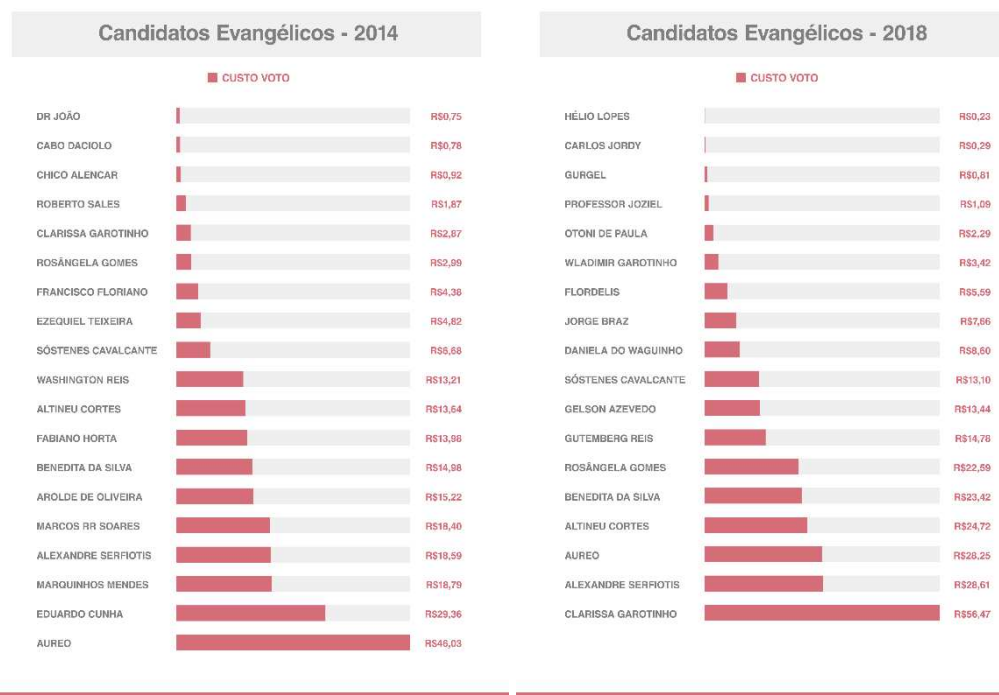


Figura 3: Custo do voto dos Deputados Federais evangélicos eleitos nos anos de 2014, 2018 e 2022 no Estado do Rio de Janeiro.



Alexandre Serfiotis

	VOTAÇÃO	RECURSOS RECEBIDOS	CUSTO VOTO
2014	48.879	R\$ 908.489,00	R\$ 18,59
2018	↓ 37.526	R\$ 1.073.450,93	↑ R\$ 28,61



Altineu Cortes

	VOTAÇÃO	RECURSOS RECEBIDOS	CUSTO VOTO
2014	40.593	R\$ 553.820,00	R\$ 13,64
2018	↑ 55.367	R\$ 1.368.651,41	↑ R\$ 24,72



Arolde de Oliveira

	VOTAÇÃO	RECURSOS RECEBIDOS	CUSTO VOTO
2014	55.380	R\$ 843.140,00	R\$ 15,22



Aureo

	VOTAÇÃO	RECURSOS RECEBIDOS	CUSTO VOTO
2014	58.117	R\$ 2.674.841,47	R\$ 46,03
2018	↑ 68.414	R\$ 1.932.932,48	↓ R\$ 28,25
2022	↑ 103.321	R\$ 2.835.400,00	↓ R\$ 27,44



Benedita da Silva

	VOTAÇÃO	RECURSOS RECEBIDOS	CUSTO VOTO
2014	48.163	R\$ 721.413,00	R\$ 14,98
2018	↓ 44.804	R\$ 1.049.233,54	↑ R\$ 23,42
2022	↑ 113.831	R\$ 2.696.100,00	↑ R\$ 23,69



Cabo Daciolo

	VOTAÇÃO	RECURSOS RECEBIDOS	CUSTO VOTO
2014	49.831	R\$ 38.809,50	R\$ 0,78



Carlos Jordy

	VOTAÇÃO	RECURSOS RECEBIDOS	CUSTO VOTO
2018	204.048	R\$ 59.150,08	R\$ 0,29



Chico Alencar

	VOTAÇÃO	RECURSOS RECEBIDOS	CUSTO VOTO
2014	195.964	R\$ 180.746,65	R\$ 0,92



Clarissa Garotinho

	VOTAÇÃO	RECURSOS RECEBIDOS	CUSTO VOTO
2014	335.061	R\$ 961.204,72	R\$ 2,87
2018	↓ 35.131	R\$ 1.983.941,50	↑ R\$ 56,47



Dani Cunha

	VOTAÇÃO	RECURSOS RECEBIDOS	CUSTO VOTO
2022	75.810	R\$ 2.628.011,95	R\$ 34,67



Daniela do Waguinho

	VOTAÇÃO	RECURSOS RECEBIDOS	CUSTO VOTO
2018	136.286	R\$ 1.172.263,08	R\$ 8,60
2022	↑ 213.706	R\$ 3.081.522,00	↑ R\$ 14,42



Dr. João

	VOTAÇÃO	RECURSOS RECEBIDOS	CUSTO VOTO
2014	65.624	R\$ 49.530	R\$ 0,75



Eduardo Cunha

	VOTAÇÃO	RECURSOS RECEBIDOS	CUSTO VOTO
2014	232.708	R\$ 6.832.479,98	R\$ 29,36



Ezequiel Teixeira

	VOTAÇÃO	RECURSOS RECEBIDOS	CUSTO VOTO
2014	35.701	R\$ 172.075,00	R\$ 4,82



Fabiano Horta

	VOTAÇÃO	RECURSOS RECEBIDOS	CUSTO VOTO
2014	37.989	R\$ 531.085,50	R\$ 13,98



Flordelis

	VOTAÇÃO	RECURSOS RECEBIDOS	CUSTO VOTO
2018	196.959	R\$ 1.101.538,05	R\$ 5,59



Francisco Floriano

	VOTAÇÃO	RECURSOS RECEBIDOS	CUSTO VOTO
2014	47.157	R\$ 206.564,15	R\$ 4,38



Gelson Azevedo

	VOTAÇÃO	RECURSOS RECEBIDOS	CUSTO VOTO
2018	28.216	R\$ 379.100,00	R\$ 13,44



Gurgel

	VOTAÇÃO	RECURSOS RECEBIDOS	CUSTO VOTO
2018	62.089	R\$ 50.480,55	R\$ 0,81



Gutemberg Reis

	VOTAÇÃO	RECURSOS RECEBIDOS	CUSTO VOTO
2018	54.573	R\$ 806.794,79	R\$ 14,78
2022	↑ 133.612	R\$ 2.896.340,00	↑ R\$ 21,68



Hélio Lopes

	VOTAÇÃO	RECURSOS RECEBIDOS	CUSTO VOTO
2018	345.234	R\$ 78.717,50	R\$ 0,23
2022	↓ 132.986	R\$ 869.973,65	↑ R\$ 6,54



Jorge Braz

	VOTAÇÃO	RECURSOS RECEBIDOS	CUSTO VOTO
2018	58.113	R\$ 444.910,00	R\$ 7,66
2022	↑ 59.201	R\$ 1.048.826,00	↑ R\$ 17,72



Marcelo Crivella

	VOTAÇÃO	RECURSOS RECEBIDOS	CUSTO VOTO
2022	110.450	R\$ 1.712.160,00	R\$ 15,50



Marcos RR Soares

	VOTAÇÃO	RECURSOS RECEBIDOS	CUSTO VOTO
2014	44.440	R\$ 817.780,00	R\$ 18,40
2022	↓ 43.533	R\$ 2.464.193,75	↑ R\$ 56,61



Marcos Tavares

	VOTAÇÃO	RECURSOS RECEBIDOS	CUSTO VOTO
2022	62.086	R\$ 1.209.946,35	R\$ 19,49



Marquinhos Mendes

	VOTAÇÃO	RECURSOS RECEBIDOS	CUSTO VOTO
2014	45.581	R\$ 856.481,22	R\$ 18,79



Otoni de Paula

	VOTAÇÃO	RECURSOS RECEBIDOS	CUSTO VOTO
2018	120.498	R\$ 275.342,97	R\$ 2,29
2022	↑ 158.507	R\$ 2.571.840,00	↑ R\$ 16,23



Pastor Henrique Vieira

	VOTAÇÃO	RECURSOS RECEBIDOS	CUSTO VOTO
2022	53.933	R\$ 1.444.397,89	R\$ 26,78

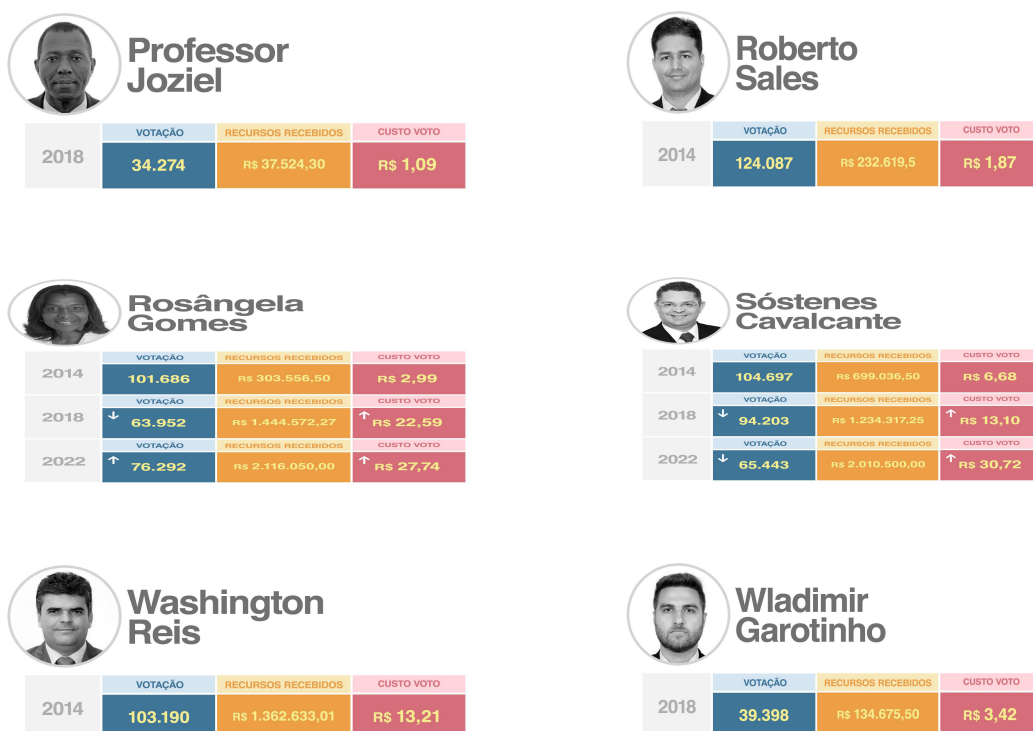


Figura 4: Quadro de cada candidato contendo a votação, o valor dos recursos recebidos e o custo do voto. Fontes: A lista dos deputados federais evangélicos eleitos pelo Rio de Janeiro nas eleições de 2022 foi feita por Guilherme Galvão Lopes, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas e publicada no site <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/09/bancada-evangelica-camara-deputados.htm>. Já a lista dos anos de 2018 e 2014 foi feita por Josir Cardoso Gomes e publicada no site <https://zenodo.org/record/5766214>.

Inúmeras análises podem ser feitas a partir dos dados. Sem focar em desempenho individual e fazendo uma análise mais geral, podemos extrair quando analisamos as últimas três votações, o recorde de votos de um candidato com mais de 345 mil votos; o que recebeu menos votos, pouco mais de 28 mil, e conseguiu uma cadeira, em 2018; o campeão em recebimento de recurso, o ex-presidente presidente da Câmara Federal, preso por corrupção, que em 2014 recebeu mais de R\$ 6,8 milhões, que em valores atualizados pelo IGP-M soma mais de R\$ 13,7 milhões (Na eleição de 2014 ainda não havia limite de gasto nas campanhas eleitorais); o eleito que menos recurso recebeu, pouco mais de R\$ 37 mil; o que teve o melhor desempenho (relação recurso recebido / voto) tanto das eleições de 2018 e 2022 e o que teve o maior custo na busca do voto, com a cifra de R\$ 56,61/voto.

Alguns dados sobre o Estado do Rio que resumem bem o cenário dos políticos fluminense em Brasília: a Baixada Fluminense tem maioria evangélica declarada. São 13 municípios, dos quais nove têm maioria evangélica. Aqueles com maior presença de evangélicos são Seropédica (44%), Duque de Caxias (35%), Nova Iguaçu (36,94%) e Belford

Roxo (37,13%); em 2018, a renovação da bancada no Congresso Nacional foi de 65% e 13% da bancada do Rio em Brasília são de deputados da Baixada Fluminense (Cunha; Evangelista, 2019).

2 REPRESENTATIVIDADE

Toda sociedade é viva e pulsante. Costumes e direitos mudam de acordo com as práticas hodiernas. Essas mudanças não ocorrem na mesma velocidade e nem sempre caminham na mesma direção.

As transformações sociais são inevitáveis, gerando a mutabilidade do Direito, que num ritmo mais devagar de atualização, se torna presente e gera a segurança necessária para as relações e instituições.

Assim como o Direito, a Política reflete, ao seu tempo, essas oscilações. Com eleições bianuais, a velocidade das mudanças políticas estão *pari passu* com os ânimos sociais, sendo um reflexo fiel das vozes dominantes dos espaços públicos e privados.

A separação entre as arenas públicas e privadas não é cirúrgica e muitos conflitos são acarretados nessa sensação de interferências de parte a parte. Mediação e regulamentação muitas vezes são vistas como intromissão, dependendo do foco do seu interesse. As relações familiares, a formação dessa família, a relação dos pais com os filhos, com deveres e obrigações, a relação familiar com o seu entorno, seja na vida com os vizinhos, seja em seu papel na escola ou no trabalho, carece de regras onde serão estabelecidos direitos e deveres, que muitas vezes não encontram na letra fria da lei a solução para uma determinada questão.

O Direito Público tem a velocidade da mutabilidade da política e acaba levando a reboque o que tratamos no Direito Privado.

A Política, como reflexo social, corre mais rápido. O que não significa necessariamente vanguarda. Vivemos em ondas, em ciclos, num vai e vem social, no qual vemos a ascensão e retração de determinados grupos. Nesse ponto, para exemplificar, cito Oliveira e Gracino Junior (2023): “Tanto a religião como o direito são compostos de estruturas linguísticas que conformam legitimidades de visões de mundo. À medida em que há avanços nas conquistas de direitos de grupos LGBTQIA+, do ponto de vista jurídico, essas informações podem ser ‘filtradas’ por agentes mediadores de instituições religiosas que podem entendê-las como afronta a pressupostos religiosos e potencializar adesão política à contenção desses avanços.”

Estamos tratando desse avanço da representação dos evangélicos, em todas as suas representações, na sociedade. Cada vez mais se dizer evangélico é um sinal de posicionamento e de um pacote de crenças sobre vários aspectos sociais.

Como um direito fundamental, a liberdade religiosa é prevista na Constituição Federal em seu artigo 5º. Não perseguir qualquer pessoa pelo seu posicionamento religioso é uma premissa básica para uma vida democrática.

A articulação dos evangélicos na política gera uma robustez e grande reverberação das ações políticas, fato que tem provocado em alguns grupos descontentes a falaciosa ideia de um suposto “abuso de poder religioso”, o não é causa ensejadora nem abuso do poder político, nem econômico, nem de meios de comunicação. Deve-se prestar atenção sempre que se trata das ações de campanha dentro dos templos religiosos, na propaganda feita em bens de uso comum. Sobre o tema, Peccinin (2018 apud Paes Neto, 2019, p. 30) cita o acórdão no qual o TSE “concluiu pela impossibilidade de previsão de um novo tipo de abuso sem previsão legal (o 'abuso de poder religioso'), consagrando a liberdade religiosa e de culto”, salientando, contudo, que a proteção ao discurso religioso “não atinge situações em que o culto religioso é transformado em ato ostensivo ou indireto de propaganda eleitoral, com pedido de voto em favor dos candidatos” (Brasil - Tribunal Superior Eleitoral, 2017).

Os grupos em oposição à prática de marcar posição declarada ou a ter compromissos abertamente relacionados à fé protestante da pessoa no exercício de um cargo público, se utilizam de argumentos como os elencados a seguir:

Em abril de 2020, quando a crise do coronavírus já era uma realidade mundial, o presidente convocou um “Ato de jejum e oração pela nação” para enfrentamento da pandemia. O vídeo de divulgação contou com a participação de diversas lideranças pentecostais e neopentecostais do país. No dia do jejum, houve uma solenidade nos jardins do Palácio da Alvorada, na qual um dos pastores, ao lado do presidente da República, declarou que “Jesus Cristo era o Senhor do Brasil” e que os brasileiros eram terrivelmente cristãos.

Ou ainda:

O Procurador Geral da República, Augusto Aras, católico praticante, quando ainda candidato à chefia do Ministério Público, foi o único dos candidatos a se comprometer com os “valores cristãos” previstos na carta de princípios da Associação Nacional de Juristas Evangélicos, a Anajure. A carta prevê, por exemplo, que a instituição familiar deve ser heterossexual e monogâmica, as doutrinas religiosas não podem ser enquadradas como discurso de ódio e todo homossexual deve ter liberdade para tornar-se paciente em tratamento de reversão sexual (Evangelista; Reis, 2021).

Como demonstrado, existe uma busca enorme de força e representatividade do protestantismo baseado das pautas morais, em diferentes instâncias estatais distribuídas nos três poderes.

As denominações evangélicas são plurais e diversas no que acreditam, priorizam e em suas liturgias. Os políticos escolhidos pelos mesmos não seriam diferentes. As pautas que os unem são muito mais morais do que políticas, com as já conhecidas construções de nós x eles, bem x mal e reacionários x progressistas.

As manifestações dos Brasileiros vestidos de verde e amarelo pelas ruas das grandes cidades brasileiras não são uma novidade dessa geração atual contra as ideias que os ameaçam e a fazem em forma de protesto. Já vimos isso, como bem lembrou Guilherme Leite Ribeiro nas “Marchas da Família com Deus e pela liberdade”, que objetivavam, entre outras coisas, defender o Brasil do “perigo” representado por algumas políticas abraçadas pelas esquerdas, como as reformas de base, no ano de 1964 (Leite Ribeiro, 2021).

Aos que alardeiam vivermos em um país secular ao criticar a força que vem ganhando a expressão social do crescimento evangélico no Brasil, cabe esclarecer que “um Estado secular não necessariamente relega o religioso à esfera privada ou estabelece limites para ele”, mas administra “a diversidade de visões religiosas e metafísico-filosóficas (incluindo visões não religiosas e antirreligiosas) de um modo justo e democrático” (Tanaka, 2020). Campos, Gusmão e Mauricio-Junior (2015) ainda reforçam a ideia de que a exclusão da religião do debate público é um empecilho à plena realização do pluralismo, defendida por Connolly e Habermas.

Maria Garcia (1991 apud Paes Neto, 2019) reitera que a essência da representatividade está “na distinção entre a titularidade do poder político, corporizada pelo povo, e o processo de escolha dos seus representantes, destinatários do exercício desse poder, exclusivamente durante um determinado período, preestabelecido”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um país majoritariamente católico e desde meados do século passado vem passando por uma transição onde a maioria católica está perdendo espaço para uma crescente protestante em toda a nação, apontando para uma equiparação quantitativa na próxima década. Como poucas vezes vista na história mundial, essa transição se dá de forma pacífica, sem nenhuma guerra puramente religiosa, assolando o país.

Votantes e eleitos defendem bandeiras de forma aguerrida e ruidosas, usando as redes sociais como meio para garantir a sua crença e o seu espaço para exercê-la livremente, exercendo plenamente o seu papel como cidadão. Isso não acontece sem uma oposição progressista se fazer presente, marcando posicionamento, combatendo e ocupando os espaços no executivo, no legislativo e no judiciário, aplicando na prática a ideia de freios e contrapeso. Aieta (2006 apud Paes Neto, 2019) afirma que a "cidadania realiza-se através da democracia, exercida pela soberana, permanente e responsável participação do membro da sociedade estatal na formação e no exercício do poder político".

Vimos que para esse evangélico/conservador, não basta termos um Presidente que se diga católico ou pessoalmente contra o aborto, ou ainda vá a inauguração de um novo templo que foi erguido ao custo de R\$ 680 milhões de reais (De Sá Netto, 2020). A busca é por espaço em postos estratégicos e de poder, com discurso e práticas alinhados com suas crenças.

Como demonstrado por Spyer (2020), quem não entender o cristianismo evangélico não terá condições de pensar o Brasil atual.

REFERÊNCIAS

BIMBATI, A. P. **Mais ideológica, bancada evangélica tem 20% da Câmara, mas não atinge meta.** jornalismo. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/09/bancada-evangelica-camara-deputados.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2023.

BRASIL - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Acórdão de recurso ordinário Nº 2653-08.2010.6.22.0000. **Revista de Jurisprudência**, v. 28, n. 2, p. 7–71, 2017.

CAMPOS, R. B. C.; GUSMÃO, E. H. A. D.; MAURICIO JÚNIOR, C. G. D. B. A disputa pela laicidade: Uma análise das interações discursivas entre Jean Wyllys e Silas Malafaia. **Religião & Sociedade**, v. 35, n. 2, p. 165–188, dez. 2015.

CAMURÇA, M. Igreja Universal do Reino de Deus: entre o “plano de poder” e a lógica de minoria perseguida. **Religião & Sociedade**, v. 40, n. 1, p. 43–66, jan. 2020.

CUNHA, C.; EVANGELISTA, A. C. Estratégias eleitorais em 2018. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, n. 29, ago. 2019.

DE SÁ NETTO, R. Escalando montanhas: aspectos políticos e sociais da ascensão da igreja de Edir Macedo. **Religião & Sociedade**, v. 40, n. 3, p. 269–274, dez. 2020.

EVANGELISTA, A. C.; REIS, L. **Neoconservadorismo, família, moral e religião nos primeiros anos do governo Bolsonaro.** jornalismo. Disponível em: <<https://br.boell.org/pt-br/2021/04/10/neoconservadorismo-familia-moral-e-religiao-nos-prim-eiros-anos-do-governo-bolsonaro>>. Acesso em: 28 jul. 2023.

FONSECA, N. **As igrejas que dominam a nova ala evangélica na Câmara.** jornalismo. Disponível em: <<https://apublica.org/2023/02/as-igrejas-que-dominam-a-nova-ala-evangelica-na-camara/>>. Acesso em: 28 jul. 2023.

GOMES, J. **Financiamento de Campanha da Bancada Evangélica em 2018.** jornalismo. Disponível em: <<https://religioepoder.org.br/artigo/financiamento-de-campanha-da-bancada-evangelica-em-2018%ef%bf%bc/>>. Acesso em: 28 jul. 2023.

LEITE RIBEIRO, G. Profissão de fé: a retórica anticomunista dos deputados clérigos da Ação Democrática Parlamentar nos anos 1960. **Religião & Sociedade**, v. 41, n. 1, p. 175–198, jan. 2021.

LOPES, G. **Por que os evangélicos não mudaram o Brasil? Análise histórica da atuação evangélica no Congresso Nacional (1982-2006).** . Em: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Florianópolis - SC: 27 jul. 2015.

MARCHESI, V. B. D. S.; ROSA, P. O.; RESENDE, P. E. D. R. Conjugalidade e racionalidade neoliberal na Igreja Universal: A conversão do homo oeconomicus em família-empresa e a submissão da mulher. **Religião & Sociedade**, v. 41, n. 1, p. 101–124, jan. 2021.

MAURICIO-JUNIOR, C. O pastor como hiperconvertido: uma etnografia da constituição do líder pentecostal. **Religião & Sociedade**, v. 41, n. 1, p. 125–148, jan. 2021.

OLIVEIRA, F. R. C.; GRACINO JUNIOR, P. A máquina universal: uma análise da mobilização do discurso moral na Folha Universal nas eleições de 2022. **Religião & Sociedade**, v. 43, n. 1, p. 99–124, jan. 2023.

PAES NETO, J. O Discurso Neopentecostal na Política Brasileira: notas sobre Liberdade de culto, abuso de direito e legitimidade democrática. **Revista Ballot**, v. 5, n. 1, p. 17–35, 2019.

SPYER, J. **Povo de Deus: Quem são os evangélicos e por que eles importam**. 1ª edição ed. Rio de Janeiro: Geração Editorial, 2020.

TANAKA, M. Secularização, laicidade e espaço público: como pensar a política contemporânea brasileira à luz da religião? **Religião & Sociedade**, v. 40, n. 3, p. 169–188, dez. 2020.

VIEIRA, P. **Programa Provoca - TV Cultura**. , 22 jul. 2021. Disponível em: <<https://youtu.be/0nZXWvM-uyc>>. Acesso em: 28 jul. 2023